

LITERATURA INDÍGENA CONTEMPORÂNEA

JORDANA COSTA RODRIGUES^{1,2*}, DEMÉTRIO ALVES PAZ^{2,3}

1 Introdução

A lei 11.645/2008, que alterou a lei 10.639/2003, prevê a obrigatoriedade do estudo das contribuições das culturas africanas e indígenas nos níveis Fundamental e Médio de ensino. A partir desta determinação, os currículos da Educação Básica vêm passando por inúmeras reformulações e atualizações que exigem uma mobilização de todos os níveis da Educação, para que essas culturas cheguem à sala de aula de forma efetiva. Visando contribuir com este movimento, o projeto de pesquisa visa estudar textos literários de autores e autoras indígenas, com o intuito de discutir acerca deles enquanto objeto de estudo e aprendizagem.

Para além do cumprimento da legislação, nos preocupamos com o fomento à leitura e com a discussão sobre o fato de essas obras não serem estudadas tanto na Educação Básica quanto em muitos cursos superiores. Percebemos nas obras não só contribuições para a cultura brasileira, mas também uma maneira de apresentar diferentes mundivivências de escritores, por meio de textos literários de circulação restrita. Como se tem debatido nos Estudos Literários, desde os anos 60 do século XX, é necessário o alargamento do Cânone literário, majoritariamente branco e masculino, a partir da inclusão de autores de outras etnias, tidas como minoritárias, assim como a escrita de autoria feminina. Portanto, conhecer escritores e escritoras indígenas é garantir aos estudantes em todos os níveis de ensino uma ampla visão da literatura por meio de textos que promovam, de fato, a diversidade cultural ao apresentarem diferentes perspectivas do Brasil e dos distintos grupos que fazem e fizeram a nação, além da europeia.

2 Objetivos

O presente projeto tem por objetivo analisar textos literários de autores e autoras indígenas. Pretendemos contribuir com a leitura, debate e divulgação de autores e obras que

1 Graduanda em Letras, voluntária em pesquisa, UFFS, *campus Cerro Largo*, contato: jordanacosta027@gmail.com

2 Trânsitos Literários: UFFS

3 Doutor em Letras, UFFS, **Orientador**.

não têm “entrada” tanto na escola de Educação Básica quanto, em alguns casos, no Ensino Superior.

3 Metodologia

A metodologia a utilizada foi a pesquisa bibliográfica em fontes primárias: os textos literários dos escritores e escritoras e estudos em revistas acadêmicas, anais de congressos e obras coletivas ou individuais de estudos sobre a literatura indígena. Igualmente, buscamos informações em jornais e revistas sobre os autores e autoras, assim como vídeos com entrevistas, que estiverem disponíveis on-line.

4 Resultados e Discussão

A literatura indígena pode ser entendida como marginal, por estar, de fato, à margem do sistema literário dominante. Em relação à marginalidade, Francisco Salinas Portugal (1997, p. 15-16) ressalta que “a história literária foi criando mecanismos de agregação e de exclusão que vieram a configurar o sistema e o não sistema dentro do campo literário”. Para o autor (1997, p. 14), os escritores e textos estão “à margem das correntes ideológicas, sociológicas, religiosas, mercantis ou estéticas de seu momento”. Há, igualmente, três fatores importantes para a marginalização: o contexto de produção, o modo de transmissão e a oposição ao discurso estético dominante. Assim, ao não expressarem uma visão branca e eurocêntrica de mundo, autores e obras foram (e são) excluídos dos meios de propagação de maior alcance, entre eles, a própria escola.

Durante um grande período, o interesse em estudar as literaturas “marginais” era restrito às pesquisas universitárias. Entretanto, a partir das leis 10.639/2003, que institui a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, e 11.645/2008, que inclui a História e Cultura indígena ao lado das duas anteriormente citadas, essas literaturas começam a ganhar espaço na escola de Educação Básica. Além das leis, há também pareceres, tal como o CNE/CP 003/2004, e políticas, sendo a principal a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), instituída no decreto nº 4.886, de 20 de novembro de 2003. Entre os seus objetivos específicos está a “reavaliação do papel

ocupado pela cultura indígena e afro-brasileira, como elementos integrantes da nacionalidade e do processo civilizatório nacional.” (BRASIL, 2003, p.2). Ação que, finalmente, contribui para a desmistificação de um “imaginário que vê de forma hierarquizada e inferior as culturas, povos e grupos étnico-raciais que estão fora do paradigma considerado civilizado e culto, a saber, o eixo do Ocidente, ou o ‘Norte’ colonial” (GOMES, 2012, p. 102).

Contudo, mesmo com essas políticas e o fato de que os estudos sobre as literaturas africanas iniciaram, em nível de pós-graduação, no final dos anos 70, formando uma geração que ainda está na ativa nas universidades, cultivando uma tradição de estudos no Ensino Superior. Infelizmente, não se pode dizer o mesmo no que diz respeito à literatura indígena, pois os números são ainda menores e seu estudo muito recente.

A literatura brasileira, quase sempre, retratou o indígena superficialmente e como um marginalizado (GRAÚNA, 2013, p. 44). Esse cenário começa a mudar a partir de uma geração de escritores indígenas, surgida na metade dos anos 70. Assim como ocorreu com as literaturas africanas e afro-brasileira, eles passaram de objeto a sujeitos nas obras e na produção literária, mas tendo pouco (ou quase nenhum) espaço em grandes editoras e meios de comunicação de massa. A literatura indígena é ainda mais apagada do que as africanas e afro-brasileira. Entre tantas evidências que comprovam isso, podemos chamar atenção inclusive para as próprias leis de inclusão dessas culturas na Educação Básica, pois a lei 11.645/2008, que inclui a História e Cultura indígena, é posta em vigor cinco anos mais tarde que a 10.639/2003, que diz respeito a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Graça Graúna (2013) chama atenção para outro fator de marginalização da literatura indígena: grande parte dela é classificada como infanto-juvenil. A classificação, que parte do mercado editorial, põe a produção indígena em um nicho comercial, muito explorado nas duas últimas décadas, mas que relega tanto a obra quanto os escritores a um espaço, visto como menor por uma parte da academia. Há também a visão eurocêntrica de uma parte da crítica que vê nesses textos uma infantilidade e imaturidade, porque boa parte deles retratam narrativas dos povos indígenas, visto que a oralidade presente nas obras é um dos aspectos que mais se destaca. Para Graça Graúna (2013, p. 23),

a questão da literatura indígena no Brasil implica um conjunto de vozes entre as quais o(a) autor(a) procura testemunhar a sua vivência e transmitir “de memória” as histórias contadas pelos mais velhos, embora muitas vezes se veja diferente aos olhos do outro. [...] Essa percepção da memória, da auto-história e da alteridade configura um dos aspectos intensificadores do pensamento indígena na atualidade.

Essas histórias, ainda que postas no papel, mantêm traços da oralidade, resultando em obras cheias de vida que movimentam saberes ancestrais e protagonizam uma luta por afirmação e legitimação cultural. Graça Graúna (2012, p. 272) reforça essa ideia quando diz: “por meio da nossa literatura reafirmamos o nosso estar no mundo, a nossa identidade visando também a nossa sustentabilidade”.

Ao pensar no lugar reservado a essas narrativas, a literatura infantojuvenil, podemos afirmar que elas exercem um papel fundamental na formação de jovens leitores, enquanto uma ferramenta humanizadora, considerando o entendimento de humanização dado por Antonio Candido (2011, p. 182), quando afirma que humanização é

o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso de beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor.

Fora dessas comunidades, essa humanização é também papel da escola que, entre muitas de suas ações, deve exercer a de ler e perceber criticamente as “representações dos negros e de outras minorias nos textos, materiais didáticos, bem como providências para corrigi-las” (BRASIL, 2004, p.10). Logo, toda a escola deve reconhecer e fazer algo para promover essas correções, deixando claro que atualmente essas “visões” hegemônicas são errôneas, mesmo sabendo como é difícil alcançar as pessoas, quando se trata de algo que não é comum à realidade delas, e despertar o interesse pelo outro, pelo diferente, ainda mais quando se trata de etnias, muitas vezes, discriminadas em nossa organização social.

5 Conclusão

Ao trabalharmos com textos literários de autores indígenas, chamamos atenção para os sujeitos (que foram privados ou negligenciados da palavra) e sua visão de mundo. Visão esta que engloba os preconceitos sofridos, os saberes não valorizados, as oportunidades que não tiveram por diferentes fatores. Assim, procuramos, além da qualidade dos textos, a representatividade: autores e autoras indígenas.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Lei 10.639/2003.**

BRASIL. **Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR).** Decreto nº 4.886, de 20 de novembro de 2003.

BRASIL. **Parecer CNE/CP 003/2004.**

BRASIL. **Lei 11.645/2008.**

CANDIDO, Antonio. **Vários escritos.** 5ª edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2011.

GOMES, Nilma Lino. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos.** Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012

GRAÚNA, Graça. **Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil.** São Paulo: Mazza, 2013.

GRAÚNA, Graça. **Literatura Indígena no Brasil contemporâneo e outras questões em aberto.** Educação & Linguagem. v. 15, n. 25, 266-276, jan.-jun. 2012.

PORTUGAL, Francisco Salinas. **Literatura(s) e Contraliteratura(s): A marginalização na história literária.** IN: PORTUGAL, Francisco Salinas. **O Texto nas margens: Ensaios de literaturas em língua portuguesa.** Santiago de Compostela: Laiovento, 1997.

Palavras-chave: Literatura indígena; Literatura contemporânea; Prosa; Poesia; Cosmovisão.

Nº de Registro no sistema Prisma: PES-2022-0384

Financiamento: Aluno Voluntário

UFFS – projeto contemplado com recursos financeiros no Edital 89/GR/UFFS/2022